

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 572.709 - MG (2014/0218868-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CARLOS AUGUSTO GONÇALVES DIAS
ADVOGADO : FABRICIO FAUSTO LIMA RABELO - MG088776N
AGRAVADO : BANCO CITIBANK S A
ADVOGADOS : JOICE RODRIGUES DE SOUSA SANTOS - SP251606
CARLOS ALBERTO GASQUES RUFINO E OUTRO(S) -
SP066701N

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 145):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS MONITÓRIOS - CONTRATO DE CHEQUE ESPECIAL ACOMPANHADO DOS EXTRATOS DA CONTA CORRENTE - DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INSOLVÊNCIA - PERÍCIA - MATÉRIA EXCLUSIVA DE DIREITO.

Comprovada a hipossuficiência da parte autora, devem-lhe ser deferidos os benefícios da justiça gratuita. Devem ser remetidas ao juízo universal da Ação Declaratória de Insolvência Civil apenas as execuções, não sendo atraídas as ações de conhecimento, como é o caso da monitoria. O juiz é o destinatário das provas, cabendo a ele sua valoração e o exame da conveniência em sua produção. Quando a matéria discutida nos autos é exclusivamente de direito, não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento do processo sem realização de prova pericial.

Opostos dois embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 165-172/183-188).

Nas razões de recurso especial, alega o ora agravante violação dos arts. 535, I e II, 751 e 762, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil de 1973.

Aponta contradição e omissão no acórdão recorrido e sustenta que "dúvidas não pairam acerca da indistinta competência do Juízo da Insolvência sob todo e qualquer crédito, ajuizado cognitivamente ou executivamente" (e-STJ, fl. 196).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 215).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls.

217-218 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 247).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Inicialmente, verifico que procede a alegação de violação do art. 535, I e II, do CPC/1973 quanto à falta de pronunciamento no tocante à questão do deslocamento de competência tanto das ações de conhecimento, como das execuções individuais para o juízo universal, quando decretada a insolvência civil, amparada nos arts. 751 e 762 do Código de Processo Civil de 1973.

Com efeito, observo que o agravante, em ambos os embargos de declaração opostos (e-STJ, fls. 155-162/175-180), buscou a manifestação do acórdão recorrido quanto ao referido tema.

O Tribunal de origem, todavia, instado a se pronunciar, não analisou de forma específica a questão, o que configura a ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, e determinar que outro seja proferido, sanando-se a omissão nos termos acima.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora